

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, DEMOCRACIA E SOCIALISMO: O ENCONTRO DO SÉCULO?

TECHNOLOGY, DEMOCRACY AND SOCIALISM: THE MEETING OF THE CENTURY?

Alfredo Pereira Jr.*
Valdir Gonzalez Paixão**
Enidio Ilário***
Luiz Alfredo Chinali****
José Monserrat Neto*****

RESUMO

O desenvolvimento científico-tecnológico nas áreas de informática e sistemas de comunicação tem sido interpretado como forma de controle e manipulação dos cidadãos pelo Estado e elites dominantes. Neste ensaio desenvolvemos a possibilidade oposta, a saber, o uso das tecnologias para o controle do Estado, e de atos ilícitos da elite, pela maioria da população. Vislumbramos e propomos a formação de um Fórum Oficial Popular Online (FOPO), acompanhado de encontros presenciais de grupos de militância, de modo a constituir um mecanismo político de auto-organização popular, que teria a função de fiscalizar atos do Executivo, substituir processos decisórios atualmente sob responsabilidade do Legislativo, e vetar nomeações irregulares no topo do Judiciário. A operação deste mecanismo – uma radicalização do “governo do povo, pelo povo e para o povo” – poderia presumivelmente oferecer uma nova via para a superação do regime capitalista rumo a um socialismo verdadeiramente democrático, um regime econômico-político em que seriam minimizadas a exploração, opressão e alienação humanas. Esta transição, por ora hipotética, seria possível com o uso da tecnologia da informação pelo povo organizado, por meio do controle sistemático da aquisição e uso social da propriedade, sem a abolição da propriedade privada obtida de modo lícito.

Palavras-Chave: Informática. Democracia. Socialismo. Internet. Fórum Popular. Auto-Organização.

ABSTRACT

Scientific and technological development in the areas of information, computing and communication systems has been interpreted as a form of control and manipulation of citizens by the state and ruling elites. In this essay, we develop the opposite possibility, namely the use of technologies for control of the state, and illegal acts of the elite, by a majority of the population. We envision and propose the formation of a People's Online Official Forum (FOPO), accompanied by meetings of groups of militancy, to form a

*Departamento de Educação, Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Botucatu. apj@ibb.unesp.br

**Departamento de Educação, Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Botucatu.

***Departamento de Saúde Coletiva, FCM-UNICAMP.

****Professor Assistente Doutor, Aposentado, UNESP, Campus de Franca.

*****Departamento de Ciência da Computação, Universidade Federal de Lavras (UFLA).

political mechanism of popular self-organization that would oversee the functions of Executive, substitute decision-making processes currently under the responsibility of the Legislative, and veto irregular appointments at the top of the Judiciary. The operation of this mechanism - a radicalization of the principle of "government of the people, by the people and for the people" - presumably could provide a new pathway for overcoming the capitalist system towards a truly democratic socialism, an economic-political system that would eliminate human exploitation, oppression and alienation. This transition, as yet hypothetical, would be possible with the use of information technology by the organized people, through the systematic control of the acquisition and social use of the property, without the abolition of private property lawfully obtained.

Keywords: Technology. Information. Democracy. Socialism. Internet. Popular Forum. Self-Organization.

Introdução

Há um campo promissor de aplicação da tecnologia da informação visando o aperfeiçoamento do processo democrático. Quando a democracia parlamentar foi instituída, há cerca de 300 anos, como alternativa à monarquia absolutista, a eleição de representantes, juntamente com a divisão dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) significou uma importante inovação, visando a desconcentração e legitimação dos processos decisórios e administrativos.

A democracia parlamentar evoluiu. No início era censitária, apenas os que tinham posse acima de certo valor poderiam votar e serem votados. Depois, já no final do século XIX, através de muita pressão de partidos operários (partidos sociais-democratas) é que se conquistou o sufrágio universal, mas só para homens. O voto universal com as mulheres só foi adotado aos poucos no início do século XIX. Contudo, o modelo da democracia parlamentarista somente atingiu a sua plenitude a partir dos movimentos dos direitos civis, já na segunda metade do século XX (PRZEWORSKI, 1985).

Apesar de sua curta história, no século XXI, ao que tudo indica, o modelo da representação parlamentar se esgotou, e a mobilização popular em diversos países clama por novos instrumentos de participação direta dos cidadãos na condução da sociedade. Consideramos que já há uma volumosa produção acadêmica que aborda o fenômeno emergente das redes sociais na Web, cada vez mais implicadas em ações políticas locais e globais; contudo, em sua grande maioria, tais estudos têm caráter hermenêutico e

pouco propositivo. Diante dessa constatação, nesse ensaio buscaremos desenvolver um modelo a partir da realidade brasileira, que seja capaz de permitir, através de exercícios de inferência, o seu progressivo aperfeiçoamento face às condições de aplicação ao mundo real.

Neste trabalho não aprofundamos aspectos técnicos da informática aplicada à comunicação eletrônica, ou questões de segurança nas transações via Internet, mas possíveis funções políticas desta tecnologia, a saber, de promoção da participação popular na co-gestão dos três poderes, incluindo a fiscalização e, se justificável, recuperação para a sociedade da propriedade obtida de modo ilícito. Ao lado dos mecanismos democráticos, que incluem o pluripartidarismo, a eleição direta para os cargos do Executivo e Legislativo, a liberdade de expressão e de imprensa, e a autonomia do Judiciário, aqui propomos um novo instrumento, o *Fórum Oficial Popular Online* (FOPO), como complemento e corretivo dos mecanismos tradicionais da democracia parlamentar, e dos totalitarismos de todos os espectros, de direita e de esquerda. A partir da organização de grupos de militância, seria deflagrado um processo capaz de conduzir a um regime socialista, democrático de fato, entendido como aquele no qual se tenha eliminado a exploração, opressão e alienação humanas.

Revertendo a Tecnociência: do controle do povo para o controle popular

Como garantir que o poder seja efetivamente do povo, exercido pelo povo e voltado para o povo, sem usar os recursos da tecnologia? Façamos uma breve revisão do significado de “tecnologia”. Embora o termo ‘tecnologia’ expresse uma ideia familiar no dia a dia, sua definição precisa não se revela tão evidente. Sua fronteira com a ciência nem sempre é clara, e sua definição tem mudado com o tempo (MONSERRAT, 1997).

Hoje em dia esse termo apresenta pelo menos três significados importantes, conforme MacKenzie e Wajcman (1985, p. 3):

1. No nível mais básico, tecnologia se refere aos objetos físicos, como carros, televisões, construções civis, computadores, satélites, etc...;
2. Todos estes objetos só são o que são porque fazem parte de um conjunto de atividades humanas, no trabalho e fora dele. Tecnologia se refere, então, às atividades de produção e utilização destes objetos;

3. As atividades sociais que as pessoas realizam diariamente só são possíveis porque elas têm conhecimento sobre a produção e utilização daqueles objetos, portanto “objetos tecnológicos não têm sentido sem o ‘know-how’ sobre como usá-los, consertá-los, projetá-los e produzi-los”.

Monserrat (1997, p. 2) acrescenta que:

Em qualquer um destes sentidos, a tecnologia foi vista no passado como fator independente que teria efeitos inevitáveis sobre a sociedade. Contra este tipo de visão [...] (é preciso) esclarecer o que dá origem à tecnologia que está tendo impacto. A tecnologia, em si, não provoca impactos pré-determinados. Ela apenas abre possibilidades para a sociedade, que pode ou não adotar esta ou aquela tecnologia.

Considerando os três sentidos acima, qualquer arranjo material/energético/informacional que possibilite melhor atingir um determinado objetivo pode ser considerado como uma tecnologia. A ciência pode estar embutida no arranjo, como, no jogo de Lego, nos encaixes que possibilitam à criança construir novos variantes com as peças. Do mesmo modo, o Facebook, inicialmente criado para ajudar universitários de Harvard na paquera, acabou sendo usado para fins de mobilização política, na "Primavera Árabe", no movimento "Ocupe Wall Street", nas mobilizações do “Movimento Passe Livre” no Brasil, e em outros países, particularmente na Europa após a crise econômico-financeira de 2008.

Vem ocorrendo de forma cada vez mais acelerada uma mudança do perfil do fazer científico, que transita da ciência para a tecnociência. A ciência, tal como foi entendida até hoje, se baseia em teorias, que são formulações linguístico-matemáticas que procuram representar princípios e regularidades da natureza e da vida sociocultural. A partir da metade do século XX a ciência se alia com a técnica, formando a tecnociência, que se torna o principal fator de inovação do sistema produtivo e de prestação de serviços. Essa interação começa no final do Séc. XVIII e primeira metade do Séc. XIX com a revolução industrial, se acelerando no final deste e início do Séc. passado, e tem crescimento exponencial depois de 1945. Ao início do Séc. XXI, a ciência se torna quase um apêndice da tecnologia. Seu objetivo original de compreender o mundo é ofuscado por propósitos econômicos das novas tecnologias, passando a assumir tarefas instrumentais, como gerar novos produtos industriais, curar doenças, e promover a comunicação de massa (DAGNINO, 2008).

Na formação de profissionais com os perfis requisitados pelo mercado, há pouca teoria e quase nenhuma filosofia, mas são exigidas muitas competências tecnológicas, como por exemplo, fazer sequenciamento de genes, manipular um aparelho de ressonância magnética, programar um sistema de informática, melhorar a extração de matéria-prima para o setor energético e o rendimento de combustíveis. Os próprios cientistas não se dedicam mais a elaborar teorias amplas, pois estas podem ser desconfirmadas (como aliás aconteceu com os principais dogmas da genética, após o projeto Genoma Humano), mas preferem levantar dados em quantidade, pois estes garantem publicações em revistas de impacto e progresso na carreira. O desenvolvimento de competências tecnológicas não ocorre mais no âmbito da formação especializada em nível de pós-graduação, mas se torna uma exigência que o aluno de graduação precisa dominar para conseguir entrar em uma pós-graduação. Podemos dizer que ao brincar com um "game" no seu "tablet" a criança estaria se preparando para um futuro como tecnocientista.

Entretanto, milhões de pessoas em todo o mundo passam boa parte de seu tempo de lazer em jogos, seriados e filmes que abordam o uso da tecnologia para fins antidemocráticos e toda a sorte de distopias (conspirações criminosas planetárias de bandidos, alienígenas e zumbis). Há no imaginário das pessoas (incluindo filósofos, cientistas, artistas) uma imagem negativa da tecnologia, como sendo instrumento de exploração, opressão e alienação. Estas mesmas pessoas gastam o que podem para adquirir novos produtos tecnológicos, e muitas vezes conseguem usá-los para melhorar sua qualidade de vida. Parece então que valeria a pena elaborar melhor nosso modo de relacionamento com a tecnologia.

Os Movimentos Sociais Recentes no Brasil

As condições políticas globais têm se alterado rapidamente, particularmente no Brasil. Segundo Marilena Chauí (2013), os movimentos sociais tiveram papel político decisivo na implantação da democracia, entre eles os sindicatos, associações, entidades, movimentos sociais e movimentos populares. Tais segmentos “valorizavam a política, propunham mudanças políticas e rumaram para a criação de partidos políticos como mediadores institucionais de suas demandas”.

Segundo a mesma autora, muitas destas características do movimento democrático se alteraram com o avanço do capitalismo neoliberal, levando à

fragmentação, terceirização e precarização do trabalho. O refluxo dos movimentos sociais e populares e sua substituição pelas ONGs teria coincidido com o surgimento de uma nova classe trabalhadora, ainda desorganizada e apartada do espaço público, atraída dessa forma por ideologias individualistas como a “teologia da prosperidade” (do pentecostalismo), a ideologia do “empreendedorismo” (da classe média), as quais, conforme a autora, “estimulam a competição, o isolamento e o conflito interpessoal, quebrando formas anteriores de sociabilidade solidária e de luta coletiva” (CHAUI, 2013).

Opondo-se à tendência neoliberal, segundo a autora:

[...] as atuais manifestações guardaram da tradição dos movimentos sociais e populares a organização horizontal, sem distinção hierárquica entre dirigentes e dirigidos. Mas, diversamente dos movimentos sociais e populares, tiveram uma forma de convocação que as transformou num movimento de massa, com milhares de manifestantes nas ruas.

Adicionalmente, Maria da Glória Gohn (2013, p. A8) aponta que:

Os movimentos atuais têm dinâmicas diferentes. Atuam em coletivos não hierárquicos, com gestão descentralizada, produzem manifestações com outra estética, não dependem de um carro de som para mover a marcha, não usam bandeiras e grandes faixas de siglas, os participantes têm mais autonomia e não atuam sob a coordenação de uma liderança central. São movimentos com valores, princípios e formas de organização distintos dos de outros movimentos sociais, como o sindical [...] Querem outro país onde a ética e a política andem juntas. Querem uma revolução na forma de operar a política, e não uma reforma ou remendo do que existe. Não confiam na política atual nem nos políticos. Negam a política e isso também é uma forma de propor outra coisa. Querem renovar a política e o tipo de partidos e políticos atuais. Por isso o tema de uma reforma política não os atrai – a reforma seria feita pelos políticos que estão aí, que eles estão contestando. Não se sentem representados no quadro político institucional existente, não têm canais de expressão. Com isso, detecta-se também uma crise de representação social destes grupos e uma crise de legitimidade das instituições públicas.

Laymert de Garcia Santos contribui para este debate, enfocando os desenvolvimentos recentes da tecnologia, apontando para a falta de reflexão das tendências de esquerda a respeito de suas consequências e ausência de novas estratégias do movimento socialista:

A posição de esquerda de partidos, sindicatos, etc. é de que os meios são neutros e tudo depende de quem se apropria dessa técnica e, portanto, quando chegar o momento de a esquerda estar no poder, se faz uma inversão de signos. Isso é o máximo que a esquerda pensou sobre essa questão, e há muitos anos venho pensando e batalhando por

um outro entendimento, porque não é possível você considerar a tecnologia como algo meramente instrumental, quando ela modifica completamente todos os tipos de relação (SANTOS, 2013).

Em consonância com nossas preocupações ao elaborar esta reflexão, Santos (2013) assinala:

A tecnologia, sobretudo depois da virada cibernética, mudou a vida, o trabalho e a linguagem. Ou seja, mudaram as relações. Nessas condições, se você não fizer uma crítica de fundo, vai acabar fazendo aquilo que critica em seu adversário, vai fazer isso achando que colocou um conteúdo de esquerda, mas as práticas serão as mesmas. Assim, vai ser tão manipulatório e antidemocrático quanto antes e, de certo modo, desconhecendo o próprio potencial que a tecnologia traz.

Este autor também aponta no sentido de uma possibilidade de reversão da direção do domínio da tecnologia, da atual situação em que as elites a utilizam para a manipulação do povo, para uma situação reversa, em que fosse utilizada para o povo controlar o Estado e as elites:

O caso Snowden é o último elo de uma cadeia que vem vindo de várias outras que já entenderam o enorme potencial das redes, de politizar as questões simplesmente pela circulação dos fluxos de informação. Por quê? Porque se o Estado e o mercado podem saber tudo sobre a população, explorando isso do ponto de vista do controle, por outro lado os movimentos também podem, e isso o *Wikileaks* começou a fazer, a prestar atenção sobre quais informações os super-ricos querem suprimir. O conflito de classes, em escala global, começa a acontecer nas redes, porque existe uma política de controle e hierarquização da informação nas redes, e, do outro lado, há gente trabalhando para a desobstrução dos canais. E isso é democracia, porque se você começa a fazer todo o fluxo de informação passar, as pessoas ficam sabendo o que os de cima não querem que elas saibam. É o que está acontecendo com o Snowden de novo. Isso a própria tecnologia permite, a lógica de funcionamento em rede auxilia na distribuição da informação. O que as pessoas não entendem de jeito nenhum é que a informação é a diferença que faz a diferença, e também é o valor do capitalismo contemporâneo (SANTOS, 2013).

No primeiro livro a respeito dos movimentos populares brasileiros de 2013, Nogueira (2013) também reconhece a necessidade de uma reforma política radical, que enfrente a crise do sistema de representação, possibilite um efetivo combate à corrupção e a efetivação de mecanismos de participação direta já existentes na legislação.

Eis um desafio de monta perante uma realidade na qual predomina na política brasileira uma ausência de responsabilidade dos cidadãos em relação a suas escolhas eleitorais. O voto obrigatório contribui para rebaixar a autonomia dos cidadãos, enquanto a eventual adoção do voto facultativo poderia beneficiar a influência do poder econômico e político estabelecido. Entretanto, pensamos que, longe de configurar um

beco sem saída, tal situação é um solo fértil para o surgimento de novas formas de governabilidade com potencial para radicalizar a democracia participativa.

Ciberespaço, Cibercultura e as Novas Formas de Participação Política

Já em 1960, Marshall MacLuhan preconizava que o mundo seria uma “aldeia global”, referindo-se, neste caso, às possibilidades postas pelo desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação. De fato, sendo ou não uma “aldeia”, o século XXI emerge sustentado pelo desenvolvimento destas tecnologias, de modo nunca visto até então na história da humanidade. Segundo Lévy (2001), as virtualidades se atualizam cada vez mais rapidamente. As fronteiras do mundo se tornam mais permeáveis, maleáveis e interativas. A evolução cósmica e cultural culmina hoje no mundo virtual do ciberespaço. Para Assmann (1998), a profundidade e rapidez da penetração das tecnologias está transformando muitos aspectos da vida cotidiana. Isso constitui uma das principais marcas do atual período histórico. Ao longo de toda a evolução da espécie humana, nunca houve mutações tão profundas e rápidas na interatividade humana.

Pierre Lévy desenvolve os conceitos de “cibercultura” e “ciberespaço”, para se referir às diversas interfaces e influências na sociabilidade contemporânea, proporcionadas pelas tecnologias da informação e comunicação, destacando a influência destas sobre o trabalho, a educação, o lazer e o comércio. Pare ele,

O ciberespaço será o principal ponto de apoio de um processo ininterrupto de aprendizagem e de ensino da sociedade por si mesma. No ciberespaço, todas as instituições humanas irão se entrecruzar e convergir para uma inteligência coletiva sempre capaz de produzir e explorar novas formas [...] Para este espaço virtual convergem as descobertas de todos os tempos, as invenções de todos os lugares, os saberes inumeráveis de todas as linhagens do conhecimento e da prática. [...] Para o espaço da comunicação universal convergem todas as palavras, todas as línguas, todos os relatos, todas as obras de arte, como convergem para cada um de nós, chegando-nos das profundezas de longas linhagens de cantores, de dançarinos, de atores e de artistas. Somos os filhos e as filhas de todos os poetas. Todos os esforços humanos para ampliar nossa consciência convergem para uma noosfera que, de agora em diante, habita-nos, porque ela é a objetivação da consciência e da inteligência coletiva da humanidade [...] O ciberespaço se tornará um extraordinário museu onde serão expostas todas as formas e suas relações: os dinossauros, as borboletas (LÉVY, 2001, p. 153).

Assim, todas as áreas da cultura contemporânea estão sendo reconfiguradas com a emergência da cibercultura. Nesse sentido, a cultura contemporânea passa a ser caracterizada pelo uso crescente de tecnologias digitais; cria-se uma nova relação entre a técnica e a vida social e, ao mesmo tempo, surgem novas formas de agregação social espontânea no ambiente virtual, com práticas culturais específicas que constituem a cibercultura. Três conceitos emergem e se interligam neste contexto: a Sociedade da Informação, a Sociedade do Conhecimento, e a Sociedade da Aprendizagem (ou *Sociedade Aprendente*, no dizer de Assmann, 1998). Em cada caso, há níveis de problematização diferentes, fazendo surgir enfoques analíticos e propostas sociopedagógicas diferentes (ASSMANN, 1998, p. 18).

Pierre Levy chega mesmo a destacar que o ciberespaço possibilitará um processo ininterrupto de ensino e aprendizagem da sociedade por si mesma, em que todas as instituições humanas irão se entrecruzar e convergir para uma *inteligência coletiva*, a qual será capaz de produzir e explorar novas formas. Além disso, os produtores de obras e de mensagens usarão cada vez menos os serviços de instituições mediadoras, mas inserirão diretamente seus trabalhos no ciberespaço. A maior parte dos modos de transmissão da cultura manterá um caráter concreto, físico, materialmente situado, mas uma parte crescente das atividades de transmissão e de recepção da cultura passará por esse lugar único para onde todos os meios convergem, interagem e compõem um espaço universal da cultura.

A título de exemplo, notamos que em programa exibido no dia 16/11/2013, o canal de televisão paga *Globo News* trouxe, na pauta do programa *Globo News Navegador*, o tema do uso das tecnologias como instrumento de participação popular no processo de opinar sobre os projetos de lei. A discussão foi em torno das diversas maneiras pelas quais as pessoas poderiam participar da construção de um país melhor, dentre as quais a utilização de uma plataforma colaborativa relacionada à criação do denominado “Marco Civil da Internet”¹. Este é um mecanismo de participação popular nas discussões e tramitações do legislativo federal, já estabelecido no projeto de resolução PRS 47/2013. Por este projeto, o cidadão poderá manifestar, por meio da página do Senado na Internet, seu apoio ou sua discordância em relação a qualquer projeto de lei em tramitação na Casa. Para registrar sua opinião, o cidadão precisa realizar o preenchimento de um cadastro virtual com seus dados pessoais (BRASIL,

¹ Cf. <http://culturadigital.br/marcocivil/>

2013). Em cada etapa do processo de acompanhamento da tramitação, considerar-se-á o número de manifestações favoráveis e contrárias à matéria por parte dos cidadãos.

Outro exemplo da utilização das tecnologias da informação e comunicação como possibilidade de participação cidadã nas questões decisórias no campo da política é o canal de participação online criado pela Câmara Municipal de São Paulo, denominado “Ajudar a Fazer a Lei” e relacionado ao Plano Diretor Estratégico de São Paulo, o qual possibilita que cidadãos paulistanos deem suas contribuições pela plataforma online, antes da consolidação da Minuta do Projeto de lei². Nesta cidade também se instituiu um Conselho Participativo Municipal³.

Tais mecanismos de participação democrática online relaciona-se ao que se denominou de “democracia líquida”, um termo que se refere a diversas iniciativas no sentido de tornar a democracia mais fluente, por meio da participação ativa dos cidadãos (GLOBAL FREEDOM MOVEMENT, 2013). Desta maneira, a democracia líquida aparece como a ampliação das possibilidades de participação decisória para as pessoas votarem a favor ou contra um dado projeto. Muitas outras iniciativas estão em curso no momento atual, cuja preocupação recai sobre a utilização dos recursos das tecnologias da informação e comunicação como instrumento de conscientização, orientação e de participação na tomada de decisões públicas no campo da política. No Brasil um exemplo neste sentido, tem sido, desde 2000, a Organização Não-Governamental Transparência Brasil⁴. No plano da política municipal, destacamos ainda os mecanismos de orçamento participativo, já instituídos em muitas prefeituras, e a articulação em prol de um planejamento urbano sustentável⁵.

Caminhos para o Socialismo

O conceito de Socialismo tem sido historicamente vinculado a uma nunca realizada “terceira via” (como é o caso da social democracia europeia), ou a governos totalitários que restringem as liberdades individuais (suprimem eleições, censuram a imprensa, reprimem minorias e assim por diante). Um fato histórico incontestado do “socialismo real”, a falaciosa igualdade, foi denunciado na deliciosa fábula Orwelliana

² Cf. <http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/noticias/a-prefeitura-disponibiliza-canal-de-participacao-online-para-a-etapa-final-da-revisao-do-pde/>

³ Cf. <http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/>

⁴ Cf. <http://www.transparencia.org.br/>

⁵ Cf. <http://www.cidadessustentaveis.org.br/>

“A Revolução dos Bichos”: “uns são mais iguais do que os outros”. Ao se analisar a causa do fracasso do “socialismo real”, não há como ignorar o fato de que a riqueza econômica e cultural dos povos e indivíduos deve levar em conta a liberdade para criar, e de ser recompensado pelo esforço e pelo talento natural.

Por outro lado, no Capitalismo Liberal há uma contradição entre as leis instituídas pelo próprio regime e o comportamento das elites econômicas, isto é, as elites burlam as leis estabelecidas por elas mesmas para conseguirem maiores vantagens. Uma das manifestações mais claras é o monopólio, que infringe a regra básica da livre concorrência. No Brasil, esse fato se traduz no adágio corporativista "para os amigos, tudo; para os inimigos nada, e para os indiferentes, a lei". Esta situação caracteriza uma transgressão de um dos princípios éticos mais básicos, que é a reciprocidade (não fazer ao outro o que não se quer que seja feito a si). Pior ainda é o fenômeno da corrupção generalizada na administração pública; aqueles que têm a função de zelar pelo erário se aproveitam desta condição para praticar roubos e fraudes, muitas vezes em parceria com organizações criminosas ou empresas privadas.

O regime capitalista garante a propriedade privada dos meios de produção e de toda mercadoria, e embora criminalize a posse de propriedade obtida de modo ilícito, na prática os mecanismos de identificação, punição e recuperação desse tipo de propriedade raramente se efetiva. Por exemplo, a legislação pune timidamente a prática de trabalho escravo no Brasil, e o mesmo ocorre com os crimes ambientais; para piorar, a fiscalização e execução destas ações ficam exclusivamente por conta do Estado, daí a eficácia no cumprimento da lei ficar comprometida. É preciso que haja um mecanismo de controle popular da propriedade ilícita, o que se torna possível com a atual tecnologia da informação. Para o futuro, temos a possibilidade de gerar tecnologia própria e adequada para o funcionamento de uma verdadeira democracia participativa. O uso desta tecnologia deve ser combinado com mobilizações populares, caso os poderosos de plantão não acatem o que for decidido por meio destas ferramentas de tecnologia da informação em gestação.

Dado este estado de coisas, talvez seja possível transitar do Capitalismo para o Socialismo (no sentido de um regime em que não exista a exploração, opressão e alienação de classes sociais) por meio da criação de mecanismos que possibilitem aplicar a legislação já existente de modo rigoroso, em especial no que diz respeito à propriedade. Em outras palavras, o Socialismo poderia ser compatível com a propriedade privada obtida legalmente e com as liberdades individuais e democráticas, a

partir do momento em que haja mecanismos que possibilitem um poderoso estado republicano controlado pela maioria da população.

Desde a queda do “socialismo real”, em 1991, vários pensadores de esquerda vem refletindo sobre as experiências socialistas do século XX e tentando propor novas alternativas. Singer (1998), por exemplo, propõe as cooperativas como o “implante socialista” mais importante da transição para o socialismo democrático. O movimento intitulado “Economia Solidária” (ou “Economia Social”, em outros países), já mobiliza milhões de pessoas em todo mundo, por meio de cooperativas e associações de economia social-solidária. Essa iniciativa e seu movimento estão contribuindo para a realização de muitas experiências práticas de alternativas econômicas solidárias, porém são ainda relativamente fracas e não enfrentam a questão política da democracia parlamentar.

Para Marx e Engels (apud BOTTOMORE, 1988), o socialismo/comunismo seria um modo de produção caracterizado pela propriedade coletiva dos meios de produção e abolição das relações de exploração, opressão e alienação entre as classes sociais. O caminho para atingir este regime seria a revolução, implantação da ditadura do proletariado com partido único e apropriação estatal dos meios de produção e das propriedades privadas dos setores hostis. Este caminho se mostrou inviável, conduzindo não ao socialismo, mas a um neocapitalismo com maior concentração da riqueza, como na Rússia e China, ou a um comunismo economicamente insustentável, como em Cuba e Coréia do Norte. Seria possível abolir ou minimizar a exploração, opressão e alienação do homem pelo homem, ou de uma classe social por outra, sem abolir o direito à propriedade legalmente obtida e sem restringir a liberdade individual?

Pensadores reformistas, como os socialistas fabianos e evolutivos (BERNSTEIN, 1961) acreditam ingenuamente que a evolução espontânea do Capitalismo conduziria ao Socialismo, sem qualquer ruptura, deste modo desconsiderando as contradições discutidas pelos autores marxistas. Estas contradições, se não forem devidamente tratadas, podem conduzir a um regime altamente destrutivo (“barbárie”), ao invés de conduzir ao Socialismo. Tais questões passam também pelo crivo dos autores de linhagem marxista, no esteio da teoria da hegemonia de Gramsci, que inspirou o chamado “Eurocomunismo” e atuais políticas reformistas (VACCA, 2009).

Delfim Netto (2013), economista de destaque tanto nos tempos da ditadura militar quanto nos governos petistas, é um dos pensadores que atualmente defendem o socialismo fabiano, como resultante da regulação do mercado por um “Estado forte”:

A história mostra que a utilização dos mercados para organizar a produção é resultado de um mecanismo evolutivo [...] para combinar uma relativa eficiência na produção de sua subsistência material com o aumento paulatino da liberdade para viver sua vida [...] um Estado forte, constitucionalmente limitado e cujo poder incumbente é escolhido pelo sufrágio universal, é fundamental para regular e "civilizar" a organização dos mercados e mantê-los funcionando; [...] deixados a si mesmos, eles têm uma tendência a impor flutuações cíclicas no nível de emprego; [...] a crença exagerada na eficiência dos mercados financeiros, que são essenciais ao desenvolvimento, leva o sistema produtivo à submissão àqueles e, com tempo suficiente, ao domínio do próprio Estado [...] O mecanismo de seleção a que nos referimos continua a trabalhar na direção de libertar o homem para viver a sua humanidade, com redução do trabalho necessário à sua subsistência material e dando-lhe a segurança por meio de uma organização social que vai ensaiando como combinar três objetivos não plenamente conciliáveis: maior liberdade individual, maior igualdade de oportunidade e maior eficiência produtiva [...] A história sugere também que o mecanismo do ingênuo "socialismo fabiano" de aproximação sucessiva é, talvez, o único capaz de produzi-la (DELFIN NETTO, 2013).

Nesse panorama, estaria o Socialismo condenado a permanecer no plano dos sonhos, como utópico? Haveria outra alternativa? Seria possível abolir ou minimizar a exploração, opressão e alienação do homem pelo homem, ou de uma classe social por outra, sem abolir o direito à propriedade legalmente obtida e sem restringir a liberdade individual? Há vários caminhos sendo vislumbrados, pensados e discutidos. Acreditamos que dadas as condições científico-tecnológicas, talvez seja possível transitar do Capitalismo para o Socialismo, no sentido de um regime em que não exista a exploração, opressão e alienação de classes sociais. A evolução dos meios de informação e comunicação social abrem esta nova possibilidade, que seria uma superação tanto da democracia parlamentar quanto da estratégia marxista-leninista: a viabilização de um Fórum da Internet como meio de decisão e controle popular do Estado, conjuntamente com mobilizações populares para reforço das deliberações dessa instância concreta de poder. Poderíamos então ter um Estado ao mesmo tempo forte para realizar transformações sociais necessárias, eventualmente contrárias aos interesses das elites, e democrático-participativo.

Entendemos que com a instalação de uma democracia eletrônica se tornaria possível uma transição para o socialismo, entendido como radicalização da democracia

participativa, na qual a propriedade privada expressasse legitimamente o mérito individual e coletivo e não, como usualmente, a rapinagem, a usura, a ganância e o arrivismo.

Proposta do Fórum Popular Oficial Online

Para possibilitar a auto-organização política do povo de um país continental e caracterizado pelo multiculturalismo, como o Brasil, é necessário um mecanismo que coloque em conexão um grande contingente de cidadãos, para discussão política, tomada de decisão e controle do Estado. Um Fórum Popular Oficial Online (FOPO), formado para desempenhar tais funções, poderia ser constituído por duas estruturas de processamento de informação via Internet.

A primeira seria o *grupo de militância online*, composto por um número mínimo de cidadãos (na escala de centenas), que pode ser definido por critério geográfico ou por afinidade de interesses. Eis aí uma forma de coibir uma nefasta prática, ou seja, substituir os interesses privados por detrás dos lobbies, por grupos nos quais a adesão seria voluntária. Cada votante seria cadastrado com dados biométricos, sendo aceito pelo sistema apenas um voto por CPF em cada item de pauta. Nestes grupos, seria feita a discussão e votação preliminar de propostas, assegurando-se o encaminhamento não só da opção majoritária, mas também de propostas minoritárias que obtiverem uma determinada proporção de aprovação. Além dos encontros contínuos online (em processos diários de discussão e tomada de decisão), os grupos de militância online poderiam também realizar encontros presenciais, e manifestações públicas em prol de seus interesses.

A segunda seria o FOPO federal, para o qual seriam encaminhadas as propostas aprovadas nos grupos de militância, assim como as propostas colocadas pelo Executivo e pelos partidos políticos. Os assuntos seriam disponibilizados em site oficial do Governo Federal. A organização da pauta de discussões e administração do site seriam feitas por uma comissão de especialistas concursados. Com o monitoramento online da evolução da discussão e dos votos pelos membros, seria muito complicado realizar uma fraude de grande porte, mas de qualquer maneira seria preciso criar mecanismos antifraude, como acontece em qualquer processo decisório coletivo. Para tal, pode-se utilizar sistemas de codificação semelhantes aos desenvolvidos para transações financeiras na Internet.

O FOPO seria constituído em site da Internet hospedado pelo governo federal, com cinco seções:

- a) *Fiscalização de Contas do Executivo*: nesta seção seriam expostas as transações realizadas com os recursos públicos, podendo-se ter subseções federais, estaduais e municipais. Os grupos de militância poderiam fazer pedidos de esclarecimento e denúncias para as que as autoridades competentes pudessem apurar e disciplinar;
- b) *Processos Decisórios*: nesta seção seriam discutidas e votadas propostas de lei voltadas para a resolução dos problemas que afligem a população, atuando-se em conjunto com o Legislativo, conforme ilustrado no exemplo abaixo;
- c) *Controle de Nomeações do Judiciário*: nesta seção seriam expostas as nomeações políticas para os cargos mais altos do Judiciário, podendo-se encaminhar pedidos de veto, pelos grupos de militância, em casos em que o currículo do nomeado apresenta ocorrências incompatíveis com o cargo a ser assumido;
- d) *Controle de Enriquecimentos Ilícitos*: nesta seção os grupos de militância poderiam solicitar esclarecimentos e apresentar denúncias a respeito de casos de enriquecimento ilícito de servidores públicos ou qualquer outro cidadão; se comprovadas as irregularidades, o Estado teria um prazo para corrigir os atos ilegais;
- e) *Processos Eleitorais*: por meio desta seção, o FOPO participaria de processos eleitorais, conforme discutido mais à frente.

A dinâmica do FOPO poderia ser semelhante a um campeonato de futebol, com rodadas em que tarefas específicas seriam cumpridas. Por exemplo, na seção de processos decisórios, colocando-se em discussão a questão da criminalidade/segurança. Em uma primeira rodada, seriam levantadas propostas as mais diversificadas inclusive as mais polêmicas e que seriam submetidas a um progressivo aprimoramento em sucessivas etapas.

Em uma segunda rodada, seriam selecionadas as propostas a serem votadas, com um critério de pertinência em relação ao interesse público. Aquelas que não conseguirem uma proporção de aprovações pelos grupos de militância ficariam em segundo plano, podendo ser reativadas em uma nova rodada. Em seguida, haveria um

período de debate e votação de cada proposta, por exemplo, cinco dias úteis para debate de uma proposta, em que representantes dos partidos postariam argumentos a favor e contra, e dois dias (um fim de semana) para votação popular. Teríamos então uma semana para discussão e votação de cada proposta. Ao final do processo, as propostas aprovadas seriam sistematizadas e respaldadas juridicamente (pela comissão técnico-científica do Fórum) para encaminhamento ao Senado, onde receberiam uma avaliação final.

De forma muito mais participativa e efetiva do que os plebiscitos (as consultas públicas de iniciativa do aparelho de estado), o FOPO criaria um hábito de discussão, votação e acompanhamento online dos principais processos políticos em curso no país. Seria criado um círculo virtuoso, que poderia envolver uma boa parte da população interessada em participar da definição dos rumos do país, discutindo e votando itens que atualmente compõem a pauta do Congresso Nacional (Câmara e Senado), de modo semelhante aos plebiscitos que acontecem atualmente em alguns sites comerciais da Internet.

O sucesso dessa iniciativa poderia significar, na formulação e aprovação de projetos de lei, a possibilidade de extinção da Câmara de Deputados, substituída por uma instância muito mais representativa e legítima. Desse modo, o povo, por meios eletrônicos, assumiria o trabalho atualmente feito por quinhentos deputados, em sua maioria pseudo-representantes do povo, ou seja, “picaretas”, como alcunhados – com rara franqueza no meio político – pelo ex-presidente Lula. Haveria enorme economia de recursos públicos, e ao mesmo tempo um avanço, na mesma proporção, da qualidade legislativa.

A execução de tal proposta requereria uma Assembleia Nacional Constituinte, o desenvolvimento de meios de acesso popular ao Fórum (por exemplo, pelo celular e postos de acesso gratuito), assim como um aparato de segurança para evitar fraudes. Esta evolução rumo a uma democracia eletrônica estaria dentre os avanços que a tecnologia pode propiciar para o aperfeiçoamento da democracia, transitando da modalidade exclusivamente parlamentar para uma democracia participativa de fato, na qual a tecnologia seria utilizada para possibilitar a comunicação, mobilização e coletivização dos processos decisórios sociais. Desse modo, seria possível superar um dos principais obstáculos historicamente encontrados para a transição ao socialismo, a saber, a falta de participação popular, o que fez com que todos os regimes políticos

intitulados "ditadura do proletariado" se transformassem em ditaduras de fato, isto é, processos com dominância de um padrão de hetero-organização.

A dinâmica do FOPO seria reforçada pela mobilização, ou seja, o Fórum teria força porque seria uma expressão da mobilização popular. O Senado e o Executivo poderiam alterar ou vetar as decisões do Fórum, mas isto teria um custo político a ser saldado nas eleições seguintes, ou mesmo antes, pelo desgaste via protestos nas manifestações de rua. É também certo que os partidos não perderiam sua importância, servindo como formuladores e defensores de propostas no FOPO e principalmente como escolas para formação de quadros administrativamente competentes e ideologicamente consistentes para o Executivo. Quanto a isto, sempre é bom lembrar que temos poucos cursos universitários de Administração Pública, e muitos de Administração de Empresas privadas. A Teoria da Auto-Organização teria um lugar importante em currículos de Administração Pública, para deixar evidente que o gestor da coisa pública deve ter em conta que a população se organiza, e que há um limite para seu poder hetero-organizador.

Sobre a Representação Política

Como seria a relação do FOPO com as demais formas de mobilização e representação políticas? Há muitas possibilidades a serem levantadas e discutidas. Aqui brevemente enfocamos uma possível combinação do FOPO com um sistema eleitoral de tipo distrital.

No que tange à representação, há, atualmente, no Brasil, uma discussão recorrente sobre a adequação da forma de organização política vigente, em seus vários aspectos, inclusive com propostas de "reforma política". Uma das teses em circulação é a da instituição do voto distrital. O principal argumento proposto em defesa desta tese é o de que esta forma de consulta eleitoral colocaria a representação mais próxima dos eleitores, levando a uma maior transparência do exercício do mandato parlamentar. Entretanto, o voto distrital poderia tornar impraticável a representação das minorias ideológicas, sem as quais falecem as possibilidades de inovação, no plano político.

Combinando o sistema distrital com o FOPO, poderia haver uma forma de conciliação entre: a) A transparência da representação pela diminuição da distância socioinstitucional entre representantes e representados, e b) A presença política das minorias ideológicas. De início, é preciso notar que não ocorre, hoje, uma oposição

entre um sistema de voto distrital e um outro, não-distrital. Se pensarmos, como alguns sugerem, na política global, cada estado nacional não deixa de ser um distrito. No caso do nosso país, com muito mais razão, teríamos cada um dos estados que compõem o país como um distrito. A discussão do voto distrital, na realidade, deve ser entendida como a da postulação da divisão deste espaço em distritos ainda menores.

As eleições seriam diretas para o primeiro nível legislativo (municipal), bem como para todos os executivos. Para se preservar a coerência político-partidária dos representantes, as eleições para os cargos legislativos de segundo (estadual) e terceiro níveis (federal) deveriam ser vinculadas aos representantes de primeiro nível. Para isso, as candidaturas para os cargos a serem preenchidos, em cada rodada eleitoral, deveriam ser lançadas em tempo suficiente para que os candidatos ao primeiro nível possam se comprometer com elas, devendo todos os que se candidatarem para os níveis mais elevados já terem exercido mandatos parlamentares de primeiro nível.

O comprometimento do voto do parlamentar, para as questões discutidas em todos os níveis, deveria ser público e compulsório, definido em termo que faria parte da documentação de registro da candidatura. Desse modo, se evitaria que os eleitos utilizassem seus mandatos para atuarem em benefício próprio. As articulações visando destinação de verbas estaduais e federais para obras e outros investimentos regionais seriam vinculadas ao processo político, não podendo ser objeto de acordos avulsos entre os parlamentares e os governos estaduais ou federais.

Com distritos pequenos, em termos de número de eleitores envolvidos, há mais oportunidade para a participação das minorias ideológicas. Complementa esta proposição o que nós chamaríamos de “distritos não-geográficos”: os *grupos de militância*, organizados no FOPO, poderiam agregar-se em conjuntos de eleitores quantitativamente equivalentes aos distritos em sentido estrito. O voto secreto só seria exigível no âmbito dos próprios grupos. Nos outros níveis, o voto dos representantes seria sempre aberto, fosse relativo a propostas de legislação, fosse para a eleição de mandatários para os níveis mais abrangentes. Por meio do FOPO, os eleitores poderiam se autoconvocar para votar a eventual cassação de mandatos, em cada distrito; a duração dos mandatos parlamentares deveria ser reduzida; seria apropriado realizar eleições parlamentares a cada ano. A cada eleição parlamentar geral, os eleitores automaticamente se manifestariam sobre a continuidade ou não dos mandatos dos executivos de *todos* os níveis, sendo tal manifestação mandatória, quanto à sua execução, se por maioria qualificada (dois terços) ou quanto à sua apreciação pelo nível

parlamentar correspondente, se por maioria simples, sendo que, nesta hipótese, o parlamento só poderia recusá-la por maioria qualificada.

Comentários Finais

O Brasil já inovou com a urna eletrônica, capaz de acelerar extraordinariamente a velocidade de apuração dos votos, ainda que reste o desafio de aprimorar o sistema para afastar a sombra da dúvida sobre a possibilidade de fraudes e sabotagens. Nesse contexto, nos parece altamente pertinente inovar também na forma como o povo exerce seu poder, ou, em outras palavras, na forma como se organiza a estrutura política nos estados nacionais. Além de votar de tempos em tempos em representantes que, depois de eleitos, em sua maioria atuam em função de seus próprios interesses, o eleitor poderia participar ativamente do processo de fiscalização cotidiana dos políticos eleitos. O modelo que aqui propomos visa justamente contribuir para preencher essa lacuna, que é fruto da rápida desconstrução, em curso, do modelo clássico de democracia participativa. Por ora, nada de novo se criou para substituir o já obsoleto, mas sabemos que é uma questão de tempo; há algo em gestação. Encontramo-nos diante do desafio de criar alternativas que permitam a conquista de novos patamares de cidadania.

Por outro lado, momentos como o que vivemos também são férteis para que vicejem novas formas de tirania, incentivadas por aqueles pescadores de águas turvas, sempre prontos a oferecer a segurança do passado. Sabemos que as “soluções” fáceis têm o potencial de imantar as massas, que o digam os “caçadores de marajás” e os justiceiros de plantão, sempre à espreita. Em tais momentos podem ganhar corpo discursos de reação contra o novo, pregações obscurantistas capazes de responder à avidez por segurança de parcela significativa da população, que podem se tornar massas de manobra desses pregadores (entre outros riscos do irracionalismo pós-moderno – ILARIO, 2001).

O modelo que batizamos FOPO é a nossa modesta contribuição para que o novo possa florescer antes que o velho se recomponha na forma do controle da sociedade ao invés de um controle pela sociedade, ou da vigilância espiã dos poderosos ao invés da poderosa democratização das informações. Sabemos do caráter provisório do que propomos, afinal é um modelo e como tal, incompleto e imperfeito, mas bem pode ser um andaime de uma construção cada vez mais sólida e, afinal, isso não é um mau começo.

Referências

ASSMANN, H. **Reencantar a educação**: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis: Vozes, 1998.

BERNSTEIN, L. **Evolutionary socialism**. New York: Schocken Books, 1961.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1988.

BRASIL. Senado Federal. Aprovado mecanismo para cidadão opinar sobre projetos em tramitação. Portal de Notícias. Agência do Senado. Brasília, 4 set. 2013. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2013/07/04/aprovado-mecanismo-para-cidadao-opinar-sobre-projetos-em-tramitacao/>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

CHAUÍ, M. O inferno urbano e a política do favor, tutela e cooptação. 2013. **Viomundo** Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/marilena-chau-i-o-inferno-urbano-e-a-politica-do-favor-clientela-tutela-e-cooptacao.html>>. Acesso em: 8 nov. 2013.

DAGNINO, R. **Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico**, Campinas: Editora Unicamp, 2008.

DELFIN NETTO, A. Mercados. **Folha de São Paulo**, 10 julh. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opinia/118141-mercados.shtml>>. Acesso em: 8 nov. 2013.

GLOBAL Freedom Movement. **Liquid Democracy**. 2013. Disponível em: <<http://globalfree.wordpress.com/2011/11/06/liquiddemocracy/>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

GOHN, M. G. Após atos, governo não tem interlocutores. **O Estado de São Paulo**, de 14 julh. 2013, p. A8.

ILARIO, E. A Bioética frente ao irracionalismo na pós-modernidade. **Revista Bioética**, v. 9, n. 1, p. 13-24, 2001. Disponível em: <<http://www.portalmedico.org.br/bioetica/index.php?opcao=revista&selecionaRevista=17#>>. Acesso em: 25 Nov. 2013.

LÉVY, P. **A Conexão Planetária**: o mercado, o ciberespaço, a consciência. São Paulo: Ed. 34, 2001.

MACKENZIE, D.; WAJCMAN, J. **Social Shaping of Technology**. London: Open University Press, 1985.

MONSERRAT NETO, J. Moldagem Social da Tecnologia. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, Gramado, 1997. Disponível em: <www.dcc.ufla.br/~monserrat/Artigos.html>. Acesso em: 23 nov. 2013.

_____. About the Potential of E-democracy in Cooperative Organizations. **Triple C Online Journal - Cognition, Communication, Co-operation**, v. 3, n. 1, página inicial-final, 2005. Disponível em: <[http://triplec.uti.at/files/tripleC3\(1\)_Neto.pdf](http://triplec.uti.at/files/tripleC3(1)_Neto.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 2013.

_____. Reflexão sobre o Modelo de Software Livre como Caminho para Construção de um Novo Sistema Econômico. In: ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE O MUNDO DO TRABALHO, V., São Leopoldo, 2005. Disponível em: <https://www.academia.edu/attachments/32374848/download_file>. Acesso em: 23 nov. 2013.

_____. Economia da Exclusão vs. Economia da Inclusão. In: ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE COOPERATIVISMO, V., Ribeirão Preto: FUNDACE/ USP, 2008. Disponível em: <www.dcc.ufla.br/~monserrat/Artigos.html>. Acesso em: 23 nov. 2013.

_____. ORSOLIC, D., STOJIC, I. Free Software Model in Other Areas of Economy. In: SOLISC - CONGRESSO CATARINENSE DE SOFTWARE LIVRE, 3., Florianópolis, 2005. Disponível em: <<http://www.dcc.ufla.br/~monserrat/download/FOSS.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

NOGUEIRA, M. A. **As ruas e a democracia**: ensaios sobre o Brasil contemporâneo. São Paulo: FAP/Contraponto, 2013.

PRZEWORSKI, A. Capitalism and Social Democracy. In: **Studies in Marxism and Social Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1885.

SANTOS, L. G. É preciso entender as redes e as ruas. **Revista Fórum**, 127, 2013. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/blog/2013/10/e-preciso-entender-as-redes-e-as-ruas/>>. Acesso em: 8 nov. 2013.

SINGER, P. **Uma utopia militante**: repensando o socialismo. São Paulo: Ed. Vozes, 1996.

VACCA, G. **Por um Novo Reformismo**. São Paulo: Contraponto/Fundação Astrojildo Pereira, 2009.